REQUISITOS PARA PROVIMENTO

Escolaridade: certificado de conclusão de curso do ensino médio ou equivalente expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente.

CARGO: MOTORISTA

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES

Realizar atividades relacionadas com o transporte de funcionários e pessoas credenciadas e conservação de veículos motorizados, e executar outras atividades correlatas a sua área de atuação.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

Escolaridade: certificado de conclusão do ensino médio expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente.

Habilidade Profissional: Carteira Nacional de Habilitação categoria "A", "B", "C", "D" ou "E".

CARGO: ELETRICISTA

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES

Efetuar a manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica predial, máquinas, motores e equipamentos elétricos, apurando diagnósticos dos defeitos, efetuando consertos, troca de componentes sempre que necessário e executar outras atividades correlatas a sua área de atuação.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

Escolaridade: certificado de curso de ensino médio, expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente e certificado do curso de Eletricista expedido por instituição de ensino reconhecido por órgão competente.

CARGO: AUXILIAR DE TRÂNSITO

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES

Realizar atividades de suporte administrativo no que se refere à comunicação e tramitação de processos administrativos e executar outras atividades correlatas a sua área de atuação.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

Escolaridade: certificado de conclusão do ensino fundamental expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente.

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL DE TRÂNSITO

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES

Executar serviços rotineiros à conservação, manutenção e limpeza geral, cozinha, construção civil e assemelhados e executar outras atividades correlatas a sua área de atuação.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

Escolaridade: documento comprobatório do ensino fundamental incompleto expedido por instituição de ensino devidamente reconhecida por órgão competente.

ANEXO IV

**ANEXO III (LEI ESTADUAL Nº 7.594, DE 2011)
GRATIFICAÇÃO DE TRÂNSITO**

CARGO/FUNÇÃO	VALOR (R\$)
Nível Fundamental	1.200,00
Nível Médio	1.300,00
Nível Superior	1.400,00

CARGO EM COMISSÃO	VALOR (R\$)
GEP-DAS 1 A 3	1.350,00
GEP-DAS 4 A 6	1.400,00

ANEXO V

ANEXO V (LEI ESTADUAL Nº 7.796, DE 2014)

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ (DETRAN/PA)

CARREIRA	CARGOS DO QUADRO SUPLEMENTAR (REDISTRIBUÍDOS)	CARGOS DO QUADRO ATUAL
Atividade Técnica Administrativa e Operacional	Nível Superior	
	TÉCNICO EM ADM. E FINANÇAS, por formação: Administração; Ciências Contábeis; TÉCNICO, por formação: Ciências Econômicas; Administrador; Sociólogo.	ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, por formação: Administração; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Ciências Sociais.
	Nível Médio	
	Assistente Administrativo; Agente Administrativo; Auxiliar Técnico; Assistente Técnico.	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
	Motorista; Auxiliar Operacional de Segurança	MOTORISTA

QUADRO SUPLEMENTAR SEM EQUIVALÊNCIA DE CARGO

Agente de Portaria
Agente de Saúde
Escrivário Datilógrafo

MENSAGEM Nº 076/2024-GG Belém, 19 de novembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO (CHICÃO) Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Local Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Venho comunicar a Vossas Excelências que, nos termos do art. 108, § 1º, da Constituição Estadual, resolvi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 132/23, de 05 de novembro de 2024, que "Dispõe sobre a implantação, coordenação, acompanhamento e aplicação de sanções administrativas para indivíduos que exponham mulheres ao constrangimento público em meio físico ou virtual, no âmbito do Estado do Pará". A proposta legislativa é relevante e o Governo do Estado vem promovendo ações voltadas à proteção da mulher. Todavia, o Projeto viola o princípio da reserva legal insculpido no art. 5º, inciso II da Constituição Federal, na medida em que cria infração administrativas sem instituir as respectivas sanções, incidindo em inconstitucionalidade material. Essas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, são as razões que me levam a vetar integralmente o Projeto de Lei em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo: 1145323

DECRETO DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e considerando o disposto no art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 39/2002;

Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº 2024/1166688.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam reconduzidos para compor o Conselho Estadual de Previdência (CEP), os representantes abaixo relacionados:

I - Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD):

Suplente: Thainná Magalhães de Alencar Vieira

II - Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA):

Titular: René de Oliveira e Sousa Júnior

Suplente: Lourival de Barros Barbalho Júnior

III - Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPSS):

Titular: Ilton Giusseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Suplente: Franklin José Neves Contente

IV - Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ASALP):

Titular: Waldete Vasconcelos Seabra Gomes

Suplente: Paulo Roberto Fonseca dos Santos

V - Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA):

Titular: Massoud Tuji Salim Filho

Suplente: Elda Silva Neves

VI - Segurados Ativos do Estado do Pará:

Titular: Ednaldo Araújo dos Santos

Suplente: Glauber Roberto dos Passos Queiroz

Titular: José Raimundo da Rosa Pimentel

Suplente: João Batista da Conceição Alcântara

VII - Segurados Inativos do Estado do Pará:

Titular: Pedro Fernandes de Souza Filho

Suplente: José Marcolino Rodrigues Ferreira

Titular: Dilson Barbosa Soares Junior

Suplente: Terezinha de Jesus Moraes Cordeiro

VIII - Pensionistas do Estado do Pará:

Titular: Kelle Cristina Fortunato da Costa

Suplente: Hugo Sanches da Silva Picanço

Titular: Jozelia Paiva de Souza

Suplente: Marly dos Anjos Belo da Silva

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Conselho Estadual de Previdência (CEP), os representantes abaixo relacionados:

I - Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD):

Titular: Renata Mirella Freitas Guimarães de Sousa Coelho

II - Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA):

Titular: Iran Ataíde de Lima Nascimento

Suplente: Marco Adriano Albuquerque Coelho

III - Ministério Público do Estado do Pará (MPPA):

Titular: Ricardo Araújo Moura

Suplente: Sandra Maria Maia Sampaio

IV - Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA):

Titular: Roland Raad Massoud

Suplente: Robina Dias Pimentel Viana

V - Segurados Ativos do Estado do Pará:

Titular: Marcelo Amaral Teixeira

Suplente: Laura Maria de Oliveira Souto

Titular: Carlos Evandro Palheta

Suplente: Élide de Nazaré Albuquerque Pedrosa

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 19 DE NOVEMBRO DE 2024.

HELDER BARBALHO
Governadora do Estado

DECRETO DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre o enquadramento funcional do servidor RAIMUNDO AFONSO CARDOSO DELGADO, ocupante do cargo efetivo de Professor AD-4, na forma da Lei Estadual nº 7.442, de 2 de julho de 2010, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 189, de 9 de setembro de 2011.